

Covas não vai encaminhar emendas de pemedebistas que integram o 'Centrão'

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, confirmou que os pemedebistas que integram o *Centrão* não poderão apresentar emendas ao projeto constitucional através da liderança. A iniciativa de excluir o *Centrão* das propostas do partido surgiu em reunião na casa do presidente Ulysses Guimarães que, aparentemente, não se opôs à idéia.

— O *Centrão* é o único agrupamento que pode juntar 280 assinaturas para apresentar uma emenda. Querem que eu vá atrás de assinaturas para ajudar as emendas do *Centrão*? Achem que eu devo? Se eles são o único grupo com 280 integrantes, como é que ainda podem achar isso uma ofensa? — disse Covas.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, concordou com a exclusão dos parlamentares do *Centrão*, mas ressaltou que quem largar o grupo poderá colaborar. O argumento de Fernando Henrique é que os centristas se auto-excluíram do PMDB ao votarem contra a liderança. Por isso, diz o senador, eles é que devem se reintegrar no corpo do partido.

Coordenadores — Na reunião na casa do Ulysses, segunda-feira, os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e Artur da Távola (PMDB-RJ); o senador Almir Gabriel (PMDB-PA); o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS); e o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) foram encarregados de coordenar a redação das emendas. Eles atuarão basicamente nas áreas em que trabalharam na primeira fase da Constituinte.

Assim, o senador Almir Gabriel prepara as emendas referentes à saúde, Ferreira Lima cuida de sistema de governo, Artur da Távola trata de educação e comunicação, e Nelson Jobim redige às emendas do Poder Judiciário.

Mário Covas acusou o *Centrão* de protelar os trabalhos da Constituinte, lembrando que em todas as reuniões os integrantes do grupo fazem questão de só permitir a apresentação das emendas em janeiro. "É preciso que isso fique bem claro. Me parece temerário essa iniciativa do *Centrão*", disse Covas.

Grupo perde votos de 10 pefelistas mineiros

BELO HORIZONTE — Os dez deputados federais do PFL de Minas que fazem oposição ao governador Newton Cardoso do PMDB, decidiram deixar o *Centrão*, passando a integrar o grupo *Entendimento*. Eles não concordaram com a decisão dos líderes do *Centrão*, que se aproximaram de Newton para estender sua ação além das fronteiras da Constituinte, segundo revelaram parlamentares pefelistas.

Eles vêem nessa aliança dos líderes do *Centrão* com o governador Newton Cardoso uma forma de enfraquecer a candidatura do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, à Presidência da República, pelo PFL. Até o filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) integrou a comitiva que veio a Belo Horizonte na sexta-feira passada, para almoçar com o governador.

O desligamento do *Centrão* foi oficializado através de comunicação feita ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e aos outros coordenadores pelo deputado Homero Santos (PFL-MG). Os deputados do PFL de Minas não aceitaram, também, aliar-se a defensores de teses de extrema-direita.

Uma nova reunião dos dez deputados pefelistas deverá realizar-se nesta capital antes do Natal, para discutir a adesão ao grupo *Entendimento*.

CNBB nega nota sobre parlamentar

BRASÍLIA — O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto, figura proeminente do *Centrão*, ao comentar documento da Arquidiocese do Rio de Janeiro que ameaça com a perda de apoio eleitoral da Igreja os constituintes "que votarem contra os interesses do povo", exigiu que a CNBB "emita nota oficial dizendo que o boletim foi obra de um assessor e qual a punição que o mesmo sofreu". O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), outro líder do *Centrão*, disse que, depois de conversar com o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes "ficou claro que a nota não é da CNBB e não tem o endosso da entidade".

Ao subir à tribuna, Amaral Neto deixou claro que "o *Centrão* e o PDS nada têm a ver com o homem Amaral Neto que fala agora." E passou à ofensiva: "Canalha é aquele que não tem palavra, que não tem moral, que se vende. A nota da Arquidiocese do Rio de Janeiro diz, em outras palavras, que nós do *Centrão* somos canalhas e ainda faz ameaças. Tenho o mais profundo respeito por dom Eugênio Salles (cardeal-arcebispo do Rio), mas queremos uma nota da CNBB dizendo que a entidade não endossa o que foi dito no boletim".

Amaral terminou o discurso como se estivesse rezando: "Ergo as mãos para o céu e peço ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, que representam a Santíssima Trindade, para que iluminem esses homens que dizem ser bispos para que deixem de ser vigaristas da CNBB e passem a ser vigários da Igreja de Cristo".

O discurso do deputado Roberto Cardoso Alves foi em tom ameno. Contou que procurou o presidente da CNBB para se queixar da nota. "Dom Luciano me garantiu que a CNBB não havia divulgado nenhuma nota e que não endossava a mesma. Me pediu inclusive que lutasse pela criação do Defensor do Povo na futura Constituição e solicitei que me enviasse a proposta."



Conduzido por Bresser, Milliet (E) cumprimentou apenas Sarney

Ministros levam a Sarney votos de que fique 5 anos

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, sem disfarçar a ansiedade criada pelo novo pacote econômico, foi o último a chegar e o primeiro a sair; o ministro da Justiça, Paulo Brossard, pensou que valia a tese da hierarquia sobre seus colegas e se postou para receber cumprimentos, mas foi convidado pelo cerimonial a deixar a fila; o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, ignorou a praxe e passou direto pelos ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e Ivan de Souza Mendes, do SNI, e pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos — os únicos a se perfilarem todo o tempo ao lado do residente — sem estender a mão a qualquer um deles.

Esses foram alguns detalhes da cerimônia de cumprimentos de fim de ano apresentados pelo Poder Executivo ao presidente José Sarney, na mais concorrida solenidade do gênero ocorrida este ano. Ao contrário do clima melancólico de 15 dias atrás, quando menos da metade dos constituintes atendeu à convocação do Planalto para uma cerimônia similar, o clima de ontem foi animador, ao menos para o presidente Sarney: ao final dos cumprimentos, enquanto bebericavam refrigerantes acompanhados de salgadinhos, a maioria dos ministros, como em um afinadíssimo coro, defendeu um mandato de cinco anos para o presidente, sem esconder que para isso pesa a euforia pelas duas vitórias consecutivas do *Centrão* na Constituinte.

Discriminação — "Acho que cinco anos é um período razoável, que se encaixa na tradição brasileira e atende melhor às necessidades administrativas do país", disse o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, esquivando-se de responder sobre sua possível candi-

datura à sucessão de Sarney. Para ele, "o mandato do atual presidente deve ser o mandato do futuro presidente". Estabelecer o contrário seria "uma discriminação, e toda discriminação é odiosa — e, com o correr do tempo, vai gerar arrependimentos".

Aureliano garantiu que no encontro com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, afirmou que este "não é o momento de tratar de candidaturas", apesar de apressar o término dos trabalhos da Constituinte. "Enquanto não tivermos uma Constituição, não há que se falar em candidaturas", justificou.

Reversão — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse que "a precipitação das eleições — referindo-se aos quatro anos fixados pela Comissão de Sistematização — talvez tenha agravado as dificuldades econômicas", mas fez questão de frisar sua crença em que o quadro agora será revertido para cinco anos, "pela vontade dos constituintes em dar mais um ano ao presidente". Ele disse que a "precipitação" das eleições para o próximo ano "é fruto de alguns candidatos, que estão pensando mais nas suas candidaturas do que no verdadeiro interesse do país".

Segundo o ministro de Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, "a tendência sempre foi pelos cinco anos". Disse: "A avaliação que eu tinha quando estava na liderança do PMDB era de que a maioria era a favor de uma votação pelos cinco anos".

O ministro da Administração, Aluizio Alves, se declarou "convencido" da aprovação dos cinco anos para Sarney, "por motivos técnicos, até de tempo".

General diz que político é que deve resolver problemas

BRASÍLIA — O comandante da 10ª Região Militar, general Luiz Pires Ururahy Neto, declarou que os problemas do Brasil devem ser resolvidos pelos políticos e pelos economistas: "Nós, militares, temos que ficar nos quartéis e não nos meter em política. Nosso assunto é outro", disse o general, que no dia 14 de janeiro assumirá a Secretaria de Economia e Finanças do Exército, quando passará a controlar o orçamento de CZ\$ 74,6 bilhões previsto para o próximo ano.

O general Ururahy, que chefiou interinamente o Comando Militar do Nordeste, disse ainda que o relacionamento do Exército com os governadores nordestinos é o melhor possível:

— O governador Miguel Arraes (de Pernambuco), por exemplo, tomou a iniciativa de me procurar, logo após ser eleito, pedindo que eu indicasse um secretário de Segurança. O governador fez esse apelo acrescentando que precisaria do apoio do Exército para realizar um

bom governo. Depois de consultar o ministro e dele obter autorização, indiquei o secretário de Segurança para o governador.

Ex-chefe da agência carioca do SNI, de onde saiu para ser subdiretor da Escola Nacional de Informações (Ensi), ex-comandante da 8ª Região Militar e ex-servidor da Agência Central do SNI no tempo do general Newton Cruz, Ururahy Neto declarou que em sua convivência de um ano e nove meses com os governadores nordestinos verificou que eles têm consciência do papel das Forças Armadas e costumam apoiar e recebido apoio do Exército, com o qual vivem em clima de compreensão mútua.

— Eles têm sabido agir de forma a não misturar os militares com o dia-a-dia da política, o que considero um comportamento sadio — declarou. — Tenho dito aos governadores que nós não queremos nos envolver novamente em problemas administrativos do país, porque essa é uma função para os políticos.